



INDECISO?

Comandante Moisés critica Intercel em debate e continua com declarações contraditórias sobre a privatização da Celesc



Por Dino Gilioli, escritor e poeta



Independentemente de quem seja o próximo presidente, a população brasileira e de modo especial os trabalhadores, terão enormes dificuldades. Quem está desempregado, o de conseguir emprego (qualquer que seja); quem está empregado, o

trabalhadora e as pessoas em geral que deverá continuar lutando por melhores dias.

Votei no Boulos no primeiro turno, mas agora não vou dar meu voto para quem, como deputado federal, há 28 anos, votou contra o trabalhador, votou contra o povo - especialmente o mais necessitado.

Exercer, de forma consciente e respeitosa, o direito democrático de ser de esquerda, de direita ou de centro é muito relevante e contribui para decidir os rumos do país que cada um almeja, de acordo com o seu pensamento e sua forma de agir.

No entanto, votar num presidencialista que apóia a ditadura, que defende a tortura, é outra história. Anos de chumbo, de novo, nem pensar!

trabalhadora e as pessoas em geral que deverá continuar lutando por melhores dias.

Votei no Boulos no primeiro turno, mas agora não vou dar meu voto para quem, como deputado federal, há 28 anos, votou contra o trabalhador, votou contra o povo - especialmente o mais necessitado.

Exercer, de forma consciente e respeitosa, o direito democrático de ser de esquerda, de direita ou de centro é muito relevante e contribui para decidir os rumos do país que cada um almeja, de acordo com o seu pensamento e sua forma de agir.

No entanto, votar num presidencialista que apóia a ditadura, que defende a tortura, é outra história. Anos de chumbo, de novo, nem pensar!

No entanto, votar num presidencialista que apóia a ditadura, que defende a tortura, é outra história. Anos de chumbo, de novo, nem pensar!

ELEIÇÃO

O QUE PENSAM SOBRE DIREITOS TRABALHISTAS E SOCIAIS OS PRESIDENCIÁVEIS?

Uma luz sobre as manifestações e propostas dos candidatos à presidência da República sobre os direitos trabalhistas e sobre a reforma da previdência

Em 2017 trabalhadores de todo o país se organizaram contra a destruição dos direitos trabalhistas e sociais dos brasileiros. Junto com outras categorias, os eletricitários foram as ruas em duas greves gerais para lutar contra a reforma trabalhista, a privatização das estatais, a reforma da previdência e a terceirização irrestrita, propostas pelo governo golpista de Michel Temer com apoio amplo dos derrotados nas eleições de 2014.

A reforma trabalhista foi aprovada e entrou em vigor final de 2017, acabando com direitos consolidados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ainda na década de 30 e trazendo um enorme retrocesso nas relações capital versus trabalho. A terceirização irrestrita também foi aprovada, relegando trabalhadores à condição de sub-empregados, explorados e expostos à riscos de saúde e segurança.

Estes temas mobilizaram os trabalhadores em diversos atos, tanto na Celesc quanto na Eletrosul os empregados se uniram aos sindicatos da Intercel e da Intersul e foram às ruas lutar pelos direitos fundamentais

para continuar atendendo a sociedade com qualidade e responsabilidade. Esta é uma defesa suprapartidária, ou seja, esta é uma luta que independente de qual partido estiver no poder, os sindicatos mobilizarão os trabalhadores. Lutar por direitos trabalhistas e sociais e ajudar na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual é o dever que move a organização dos trabalhadores desde sempre.

Uma das armas mais fortes desta luta é o voto democrático. Por isso é fundamental conhecer as propostas dos candidatos à Presidência da República sobre as questões que mobilizaram os trabalhadores em duas greves gerais. O que pensam Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad sobre reforma trabalhista e reforma da previdência? Quais as propostas de ambos os candidatos? Para responder estas questões e deixar claro a postura de cada uma destas candidaturas, novamente publicamos as propostas dos candidatos com base no levantamento feito pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e pela BBC Brasil.



FERNANDO HADDAD

Haddad propõe revogar a emenda do teto de gastos, a reforma trabalhista e mudanças no marco regulatório do Pré-Sal. Na proposta, a revogação se dará por ato do presidente ou por encaminhamento ao Congresso.

Propõe, também, implementar medidas emergenciais para sair da crise. Entre elas, criar o programa Meu Emprego de Novo, retomar 2,8 mil obras paralisadas e o Programa Minha Casa Minha Vida, e criar linhas de crédito com juros e prazo acessíveis com foco nas famílias.

Realizar uma reforma tributária por emenda constitucional. Isentar de imposto de renda quem ganha até 5 salários mínimos e criar faixas de contribuição maiores para os "super-ricos". Além disso, tributar grandes movimentações financeiras, distribuição de lucros e dividendos e grandes patrimônios.

Propõe uma reforma nos regimes próprios da Previdência (responsáveis pelo pagamento de pensões e aposentadorias para os servidores públicos) no primeiro ano do governo. Em uma segunda etapa, propor a convergência dos regimes próprio e geral (que engloba os trabalhadores de fora do setor público).



JAIR BOLSONARO

Bolsonaro exercia o mandato de Deputado Federal quando foi votada a reforma trabalhista. Foi favorável à destruição da CLT e afirmou que os brasileiros tinham que escolher "se querem direitos ou empregos".

Criar uma nova carteira de trabalho verde e amarela, em que o contrato individual prevaleça sobre a CLT. Os novos trabalhadores poderão optar, de forma voluntária, por um vínculo empregatício baseado na nova carteira de trabalho ou na tradicional (azul). Além disso, defende uma outra versão da CLT para o trabalhador rural. "O homem do campo não pode parar no Carnaval, sábado, domingo e feriado. A planta ali vai estragar".

Com relação à Reforma da Previdência, Bolsonaro propõe introduzir paulatinamente o modelo de capitalização, além de já ter declarado que "o grande problema é o serviço público. O resto é combate à fraude e descaso".

CELESC

INDECISO, COMANDANTE MOISÉS?

Candidato critica Intercel em debate e continua com posições contraditórias sobre a privatização da Celesc

No último sábado, dia 13, aconteceu o primeiro debate entre os candidatos ao Governo de Estado de Santa Catarina que disputarão o segundo turno das eleições. A distúpa tem impacto direto na Celesc, uma vez que o próximo Governador do Estado será responsável pela Celesc, como acionista majoritário da empresa. O fato é que nenhum dos dois concorrentes assinou o documento produzido pelos sindicatos da Intercel e pelo Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, conforme orientação da categoria no 10º Congresso. Mas enquanto Merisio tem se mantido afirmativo no compromisso de não privatizar a empresa, Moisés tem dado declarações contraditórias.

Quando procurado para assinar a moção, o candidato do PSL afirmou

que não se comprometeria antecipadamente com a Celesc Pública, mas que gostaria de conversar. Depois, parou de responder as solicitações para que esta conversa fosse agendada, num sinal de desrespeito aos celesquianos. Após o primeiro turno gravou um áudio dizendo que não privatizaria a empresa, mas que era preciso despolitizá-la, criar metas e impedir que ela comprometesse o orçamento do estado. Já em entrevista recente, disse que não teria problema em privatizá-la.

No debate realizado no rádio Peperi, em São Miguel do Oeste, Moisés foi questionado sobre seus planos para a Celesc Pública. Ali afirmou que não privatizaria a empresa, mas deu, novamente, demonstração de desconhecimento da realidade da estatal e de desrespeito com as entidades

sindicais. Reafirmando um discurso descolado da realidade, Moisés disse que é preciso criar metas para a Celesc atender a população com qualidade. O que o candidato não sabe é que a empresa já é altamente regulada, tanto nas questões financeiras, quanto nas questões de qualidade. Aliás, falando em qualidade, a Celesc foi eleita recentemente a 2ª melhor distribuidora de energia do Brasil e a 2ª melhor distribuidora de energia de toda a América Latina. Além disso, o Governo do Estado não injeta um centavo de dinheiro na Celesc, ou seja, não há possibilidade da Celesc comprometer o orçamento do Estado.

No debate Moisés ainda se queixa da postura dos sindicatos, dizendo que "um jornalzinho" estava criticando o fato dele não ter assinado a moção. E que, realmente, se recusou a

assinar porque os compromissos por ele assumidos são firmados com palavra. O desrespeito com o Linha Viva demonstra que Moisés não reconhece a voz dos eletricitários, uma vez que o jornal é símbolo de uma imprensa que defende as empresas públicas e os direitos dos trabalhadores há mais de 30 anos. Além disso, como é que dá para confiar na palavra de quem demonstra não conhecer nada da celesc e se recusa a debater com a representação dos trabalhadores?

É preciso que fique claro uma coisa. O lado do Linha Viva, o lado da Intercel é o lado da Celesc Pública. Não dá para ficar em cima do muro, com discurso bonito para campanha, mas que não tem base nenhuma na realidade. Quem não se compromete com a Celesc Pública, é sim inimigo dos celesquianos.

POLÍTICA

ANAPAR SE MANIFESTA SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Anapar se posiciona contra privatização da previdência

A Associação Nacional dos Fundos de Pensão divulgou nota sobre as eleições presidenciais, se posicionando entre os dois projetos representados por Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). Ressaltando que existem hoje 35 milhões de brasileiros idosos ou incapacitados para o trabalho recebendo benefícios mensais da seguridade social, a Anapar considera que o equilíbrio da seguridade social está ameaçado pela revogação de direitos trabalhistas e pelo aumento do trabalho informal, que reduzem o número de trabalhadores contribuintes para a previdência. "Refutamos as propostas de reforma da previdência que ferem direitos dos trabalhadores, reduzem benefícios e impedem a aposentadoria de milhões de brasileiros pela implantação de idade mínima superior à expectativa de vida da população mais carente. A associação também se manifestou contra a privatização e capitalização da previdência social.

Para a Anapar, "candidaturas que defendem cortes de direitos, redução de investimentos públicos em infraestrutura e programas sociais só vão deteriorar ainda mais as perspectivas da economia e da valorização do trabalho". "A candidatura presidencial que tem maior afinidade com estas nossas preocupações é a de Haddad e Manuela, que merece nosso apoio. Do outro lado, Bolsonaro aprovou a reforma trabalhista, ataca os direitos sociais, defende a reforma e privatização da previdência, incita a violência e a intolerância e não respeita os princípios democráticos. Nele não podemos votar", conclui a nota.

HACKEAMENTO DA DEMOCRACIA

Falseamento de informações difundidas em redes "coloca em perigo e em suspeita a própria democracia com todos os fundamentos que sempre a ampararam", diz Guilherme Wisnik, professor da FEA-USP

A infiltração do Whatsapp na vida da maior parte da população e a possibilidade de se saber, por meio do comportamento de usuários de redes sociais, os sentimentos que podem influenciar suas decisões trazem inúmeras possibilidades de manipulação da escolha política de milhões de pessoas no Brasil. Para o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP Miguel Wisnik, trata-se de um método mais eficiente de influenciar as pessoas do que era feito até então pela mídia tradicional.

"As novas tecnologias mudaram o cenário do jogo. A grande imprensa, se quisesse manipular a informação, faria isso às vistas de todo mundo, teatralizando coletivamente a sua posição e sofrendo as consequências da avaliação pública disso. O Whatsapp é absolutamente capilar e permite mensagens em segredo, que chegam quase pessoalmente sem essa avaliação pública, e muito rápido", avalia o professor, em sua participação na coluna Espaço em Obra, na Rádio USP.

Para ilustrar tal poder, Wisnik cita o caso da empresa Cambridge Analytica, que teve participação decisiva na eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e na votação do Brexit, no Reino Unido. "Atuou de maneira a filtrar dados das pessoas por meio de seu comportamento em redes sociais, permitindo que esses dados gerassem grandes quantidades de mensagens por Whatsapp, que chegam a pessoas com a predisposição do tipo de sentimento que as afetará para tomar decisões", explica.

"No caso agora do Brasil, com crise econômica, social e das instituições, é um contexto onde frutifica, nasce o fascismo. Através dessa realidade de manipulação insidiosa você consegue atingir de forma muito eficaz", analisa Wisnik, mencionando casos de "viradas" de última hora no processo eleitoral brasileiro. "Nem vou citar o caso mais evidente, do próprio Bolsonaro, mas os candidatos a governador no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, no Senado em São Paulo com Major Olímpio (PSL), chegaram como um fenômeno meteórico, de uma hora pra outra. São situações que desafiam qualquer lógica de pre-

visão, de boca de urna do Ibope ou Datafolha, pois se fazem do nada. Isso é produto desse tipo de campanha."

Em entrevista concedida à Agência Pública nesta semana, o filósofo Vladimir Safatle também chamou a atenção para a situação. "O Brasil está na rota de uma lógica de extrema direita internacional na qual você não opera mais no espaço aberto, você opera no espaço obscuro, virtual, utilizando dados da Cambridge Analytica, como os caras fizeram, para direcionar mensagens de maneira muito específica, criando esses vídeos...", diz. "Eu vi os vídeos em que eles misturavam imagens das manifestações com imagens de mulheres profanando símbolos religiosos, imagens feitas para chocar a classe média brasileira. É claro, a esquerda não estava preparada pra isso, ninguém está preparado pra isso. Foi uma lógica de outro tipo de campanha que a gente nunca tinha visto. E uma campanha feita em cima do desprezo do embate no espaço público."

O professor doutor em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Wagner Romão também alertou, na Rádio Brasil Atual, sobre o fato de as fake news explorarem o preconceito e falsas associações de imagens, tendo afetado a repercussão do movimento #Elenão. Em função da pouca cobertura da mídia tradicional, a narrativa das manifestações foi perdida para os grupos que produziram notícias falsas. "Infelizmente aí a gente tem aquela antiga conexão entre os interesses políticos, econômicos com os interesses da grande mídia. Eles agiram para reforçar o fascismo que nós estamos vendo às portas de se tornar governo no Brasil", aponta Romão.

"Quereria lembrar que hoje já existe também o 'Photoshop de áudio' que permite você criar através do som falas falsas, usando o timbre de voz da pessoa", ressalta ainda Wisnik. "Chegamos a um ponto de hackeamento da democracia muito avançado, o que coloca em perigo e em suspeita a própria democracia com todos os fundamentos que sempre a ampararam."

